



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL - CEPC

**ATA DA OCTOGENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA
(871ª) SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL - CEPC.**

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos, o Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC reuniu-se em Sessão Plenária Ordinária, realizada no Gabinete de Mobilização Gospel, localizado na Rua Odilardo Silva, nº2110 - Centro. O Presidente, senhor Cirley Picanço, usando de suas atribuições legais, declarou aberta a Octingentésima Septuagésima Primeira Sessão Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC, sob a proteção de Deus e a bênção dos orixás. Na sequência, solicitou à Secretária-Geral que procedesse ao registro da presença dos(as) conselheiros(as). Registraram-se presentes os(as) conselheiros(as) titulares: Maria Pinho Gemaque, Joelson Costa de Alencar, Iury Lorran Silva da Soledade, Agostinho Josaphat Barbosa, Patrícia Andrade Vieira, Cássio Silva Pontes, Cley de Jesus Sarraf de Abreu, Wendel Marques Uchôa, Antônio José Duarte Júnior, Jorge Ferreira Figueiredo, Maria Anete Peixoto, Pedro Paulo Coelho Silva Júnior, Claudete Tavares Vilhena, Patrick Melo Alcântara, Diogo Monteiro dos Santos e Motã Waiãpi. Foram convocados(as) os(as) suplentes: Rízia Disã Gaia Bonaspetti, Mariana Barreto Ferreira e Graziela Barbosa Kling Martins. A Conselheira Mariana Barreto informou a impossibilidade de comparecer a presente sessão. Assim sendo, foi convocado o Conselheiro Denis Albuquerque Santarém. Constatado o quórum regimental, o Presidente solicitou a Secretária Geral que realizasse a leitura da pauta do dia. A pauta foi composta da seguinte forma: I. Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior; II. Leitura de expedientes; III. Ordem do Dia. O Conselheiro Patrick Melo solicitou a palavra e pediu à plenária que deliberasse sobre sua saída da sessão plenária. A Conselheira Graziela Martins também solicitou a palavra e justificou seu pedido de afastamento alegando que, em virtude do Dia de Iemanjá, havia sido convidada para participar de uma reunião relacionada à festividade. A Conselheira Patrícia Andrade sugeriu que a plenária deliberasse individualmente sobre cada pedido de afastamento, proposta que foi aprovada pelo colegiado. O Presidente Cirley colocou em votação o pedido do Conselheiro Patrick Melo, sendo o resultado: aprovação pela plenária, com abstenção dos Conselheiros Pedro Paulo e Patrícia Andrade. Em seguida, o pedido da Conselheira Graziela Martins foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelo colegiado. Seguindo a pauta, o presidente solicitou a Secretária Geral que realizasse a leitura da ata da sessão 870ª. O Conselheiro Iury Soledade solicitou ao colegiado que dispensasse a leitura da referida ata, uma vez que foi enviada no dia anterior. O Colegiado deliberou favoravelmente, por unanimidade, à proposta apresentada pelo conselheiro Pedro. Em continuidade, o Presidente passou à ordem do dia. O plenário acatou a proposta da mesa para

que as câmaras se reunissem para ajustar suas datas nos demais meses de modo que não haja prejuízo para as datas relevantes das programações culturais. Conforme deliberado em sessão anterior, deu-se prosseguimento à análise e deliberação dos calendários das Sessões Plenárias e das Câmaras Temáticas, especificamente no que se refere ao mês de julho, tendo em vista que, no Regimento Interno anterior, esse período correspondia ao recesso, dispositivo que foi suprimido no Regimento atualmente em vigor. Calendário Sessões Plenária - mês de julho (08, 15, 22, 29), aprovado por unanimidade. Calendário Câmara de Letras e Artes - mês de julho (02, 09, 16, 23), aprovado por unanimidade. Câmara de Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural - mês de fevereiro (01 (Festival de Yemanjá), 02 (Mazagão - Yemanjá), 04 (aniversário de Macapá), 05 (Visita técnica Sambódromo); mês de junho (02, 04, 07, 09, 11, 14, 16), mês de julho (02), colegiado aprovou o calendário proposto pela CPHAC, exceto a Conselheira Patrícia Andrade que registrou sua abstenção. Câmara de Ciências Humanas - mês de julho (03, 10, 17, 24), aprovada por unanimidade. O Presidente informou aos seus pares que, a pedido da Secretária Marina Beckman, o Conselheiro Joelson Alencar irá acompanhá-la em reunião referente à festividade de Iemanjá. Dessa forma, submeteu o pedido à votação da Plenária, que o acatou. Em ato continuo o Presidente Cirley soliciotou aos seus pares que acatassem a inversão de pauta, uma vez que o proponente do Requerimento nº001/2026, estava concluindo o calendário referente ao mês de julho. O Colegiado acatou a proposta. Dessa forma, passou-se para apresentação do Requerimento nº002/2026-CEPC, tendo como proponente a Mesa Diretora. Em leitura o Conselheiro Cirley Picanço, informou que a proposta requer que após a apresentação, defesa e aprovação do presente requerimento, encaminhe a proposição à Comissão de Legislação, Planejamento e Normas - CLPN, para emissão de parecer técnico, com vistas à: 1. Elaboração do Certificado de Mérito Cultural; 2. Elaboração de Resolução normativa que estabeleça critérios, procedimentos e regras para a emissão dos Certificados de Mérito Cultural, no âmbito do Conselho Estadual de Política Cultural do Amapá - CEPC/AP. Em Justificativa afirmou que a regulamentação do referido certificado por meio de Resolução do Conselho Estadual de Política Cultural do Amapá - CEPC/AP busca garantir transparência, legalidade, segurança jurídica e observância aos princípios da administração pública. A referida normatização permitirá a definição de critérios objetivos e inequívocos, procedimentos claros de concessão, prazos, competências e responsabilidades, assegurando isonomia e igualdade de tratamento entre os contemplados, evitando arbitrariedades e promovendo a legitimidade institucional dos atos do CEPC/AP. Após a defesa, a proposta foi submetida à deliberação do Colegiado, que a aprovou por unanimidade. Em sequência, foi apresentado o Requerimento nº 001/2026-CEPC, de autoria do Conselheiro Antônio Duarte. A proposição solicita a emissão de parecer técnico da Comissão de Legislação, Planejamento e Normas - CLPN, com o objetivo de subsidiar a elaboração de Resolução que estabeleça critérios, procedimentos e normas regulamentares para a emissão dos Certificados de Destaque Cultural, no âmbito do Conselho Estadual de Política Cultural do Amapá - CEPC/AP. A proposta visa assegurar

a padronização, a transparência e a segurança jurídica na concessão desses certificados. A normatização, por meio de Resolução, permitirá o estabelecimento de critérios objetivos, procedimentos claros e parâmetros técnicos para a emissão das certificações, garantindo isonomia, legitimidade e coerência institucional no reconhecimento de agentes e iniciativas culturais. A proposta foi submetida a deliberação do colegiado, a qual foi aprovada por unanimidade. Concluída a pauta, passou para as comunicações, registro de fatos ou comentários sobre assuntos de natureza geral. Ao final da sessão, a Conselheira Patrícia Andrade recitou um poema. Nada mais havendo a tratar o Presidente, Cirley Picanço, encerrou a sessão as 12h40m, e eu, Margareth Bahia Cunha, Secretária Geral do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pelo Presidente e demais conselheiros que se fizeram presentes nesta sessão.

Macapá-AP, 07 de janeiro de 2026.

Cirley Oliveira Picanço
Maria Pinho Gemaque
Joelson Costa de Alencar
Iury Lorran Silva da Soledade
Agostinho Josaphat Barbosa
Patrícia Andrade Vieira
Cássio Silva Pontes
Cley de Jesus Sarraf de Abreu
Wendel Marques Uchôa
Antônio José Duarte Júnior
Jorge Ferreira Figueiredo
Maria Anete Peixoto
Pedro Paulo Coelho Silva Júnior
Claudete Tavares Vilhena
Patrick Melo Alcântara
Diogo Monteiro dos Santos
Motã Waiãpi
Rízia Disã Gaia Bonaspetti
Graziela Barbosa Kling Martins
Denis Albuquerque Santarém
Margareth Bahia Cunha